

APROVADO EM 1º VOTAÇÃO

DATA: 21/05/25

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL – TO**  
**GABINETE DO VEREADOR JÚNIO DE CESÁRIO**

**PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 34/2025**

APROVADO EM 2º VOTAÇÃO

DATA: 22/05/25

**Apresentado em**  
**Data** 07/05/25

Dispõe sobre a vedação de contratação de profissionais condenados por crimes de pedofilia, estupro, abuso, exploração sexual contra crianças e adolescentes no Município de Porto Nacional - TO e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**, Estado do Tocantins, APROVOU, e Eu, **Prefeito Municipal**, no uso de minhas atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Nacional – TO, a nomeação para cargo em comissão, designação para funções de confiança integrantes de quadros de pessoal dos órgãos, agências e entidades, inscrições em concursos públicos destinados ao provimento dos cargos públicos efetivos e contratação temporária para atendimento de situações de calamidade pública, de pessoas condenadas, com sentença transitada em julgado, até dois anos depois do cumprimento da pena, pelos seguintes crimes:

I – Estupro quando cometido contra crianças ou adolescentes, conforme artigo 213 do Código Penal;

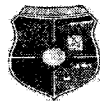
II – Estupro de vulnerável, conforme artigo 217-A do Código Penal;

III – Corrupção de menores, conforme artigo 218 do Código Penal;

IV – Satisfação lascívia mediante presença de criança ou adolescentes, conforme artigo 218-A do Código Penal;

V – Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou vulnerável, conforme artigo 218-B do Código Penal;

VI – Divulgação de cena de estupro ou de cena de sexo, nudez ou pornografia envolvendo criança ou adolescente, conforme artigo 218-C do Código Penal;



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL – TO**  
**GABINETE DO VEREADOR JÚNIO DE CESÁRIO**

---

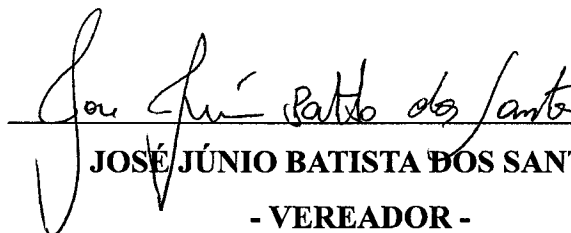
VII – Posse, produção, armazenamento, venda ou divulgação de pornografia infantil, conforme artigo 240 a 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990;

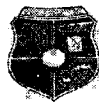
Art. 2º A vedação prevista no art. 1º aplica-se também aos ocupantes de cargos comissionados já em exercício, que, sendo condenados por decisão judicial transitada em julgada, deverão ser imediatamente exonerados ou dispensados da função pública.

Art. 3º A Administração Pública deverá exigir, no momento da nomeação, contratação ou admissão, a apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual e Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

**Palácio XIII de Julho**, Gabinete do Vereador José Júnio Batista dos Santos, aos 06 dias do mês de maio do ano 2025.

  
\_\_\_\_\_  
**JOSE JÚNIO BATISTA DOS SANTOS**  
**- VEREADOR -**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL – TO GABINETE DO VEREADOR JÚNIO DE CESÁRIO**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo reforçar a proteção integral de crianças e adolescentes, conforme preceitua o artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência segura.

Considerando a gravidade dos crimes sexuais cometidos contra menores de idade, é inadmissível que pessoas condenadas por tais práticas venham a ocupar cargos públicos, em especial em ambientes que, direta ou indiretamente, possam envolvê-los no trato com o público, inclusive com menores.

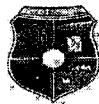
**Segundo o Jornal Opção Tocantins, nos primeiros 14 dias de janeiro de 2025 já havia sido registrado 18 (dezoito) casos de estupro de vulnerável no Estado, sendo 04 (quatro) em Araguaína e Palmas, 03 (três) em Irapiratins, e 01 (um) em Porto Nacional e outras cidades.**

**Entre 2020 e 2024 foram registrados os seguintes números de crime de estupro de vulnerável contra criança e adolescente:**

- **2020 foram registrados 633 (seiscentos e trinta e três) casos;**
- **2021 foram registrados 703 (setecentos e três) casos;**
- **2022 foram registrados 777 (setecentos e setenta e sete) casos;**
- **2023 foram registrados 830 (oitocentos e trinta) casos;**
- **2024 foram registrados 809 (oitocentos e nove) casos;**

Essa vedação busca garantir a moralidade e a confiança nos serviços públicos, em respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consagrados no artigo 37 da Constituição Federal. Ressalta-se, ainda, que a medida é preventiva e protetiva, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), que exige ações eficazes para resguardar a integridade física, psíquica e moral dos menores.

Diante da relevância do tema e da urgência em promover ambientes públicos seguros, especialmente no que diz respeito à contratação de servidores ou prestadores de serviço, submeto o presente projeto à apreciação dos nobres pares, esperando sua aprovação unânime.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL – TO**  
**GABINETE DO VEREADOR JÚNIO DE CESÁRIO**

---

---

Avenida Murilo Baga, nº 1847, Centro, Porto Nacional – TO  
Telefone: 63 92001-3468  
E-mail: gabinete@juniodecesario.com